

POLÍTICAS E FIGURAS DO LOCAL: CONTRIBUTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM COSMOPOLITISMO COMUNITÁRIO¹

José Alberto Correia¹

João Caramelo²

RESUMO: Neste artigo analisam-se as transformações políticas e cognitivas que ao longo das últimas duas décadas conduziram à actual centralidade discursiva e revalorização do local como instância privilegiada da administração dos problemas sociais, desenvolvendo uma reflexão sobre as qualidades do local que tendo sido realçadas até meados dos anos 70 pelos discursos críticos e periféricos, tendem hoje a ser omitidas e ocultadas pela centralidade discursiva atribuída ao local. Num segundo momento procura-se esboçar os contornos de algumas das figuras do local que emergem no actual espectro discursivo para concluir com a apresentação de um conjunto de desafios cognitivos que permitam conferir centralidade às periferias e desse modo contribuir para a requalificação efectiva da problemática do desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento local, cosmopolitismo comunitário, narratividade do social

ABSTRACT: In this article are examined the political and cognitive transformations that during the last two decades have led to the present discourse emphasis on the local as privileged locus for social problems administration. In a second moment it is tried to sketch the contours of some local figures emerging in the present discursive arena and we conclude with the presentation of a set of cognitive challenges that allow to confer centrality to the peripheries and in this manner to contribute for the effective requalification of the local development problematic.

KEYWORDS: local development, communitarian cosmopolitanism, social narrativity

¹ Publicado originalmente em *Cadernos Ice* "Inovação, Cidadania e Desenvolvimento Local" (2004), nº7, pp. 31-44.

² Professor catedrático da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

³ Professor Assistente da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

INTRODUÇÃO

A revalorização do local como a escala em torno da qual se podem gerir as contradições sociais constitui uma das marcas mais importantes de uma gramática que se afirmou como única forma legítima de definir os problemas a partir da 2ª metade da década de 90. Tendo resultado em parte da crise dos dispositivos cognitivos accionados na definição do social e da crise do próprio Estado-Nação, enquanto moldura organizacional capaz de configurar a definição política desse social, esta gramática parece integrar algumas das críticas que desde a década de 70 tinham sido dirigidas às concepções estadocêntricas do desenvolvimento.

A relativa credibilidade deste modelo desenvolvimentista esteve de facto na origem da estruturação desta gramática do social, marcada pela invisibilidade do local, ou por uma referência que o tornava indissociável da problemática do atraso. Como acentua MABILEAU (1993), o local adquire hoje um novo estatuto, inscrevendo-se num processo de reorganização da sociedade política que, na busca de um re-equilíbrio entre o global e o local, realça sobretudo a funcionalidade do local como escala pertinente para a administração dos problemas sociais. Por outro lado, face ao processo de erosão de uma concepção de representação política assente num conceito de cidadania e de democracia representativa, juridicamente codificada, enfatizam-se, hoje, de uma forma ambígua, as virtualidades dos serviços de proximidade e da participação democrática. Ora, se tivermos em conta que esta definição de cidadania coexiste com uma outra definição mais cosmopolita e globalizante, onde a multiplicação dos dispositivos de acesso aos bens do mercado global contrasta com a vivência tacanha e quente da comunidade, compreendemos que esta ambiguidade significa uma desqualificação da cidadania de proximidade. Ou seja, a inflação discursiva das referências à comunidade e à participação, inscrevem-nas num espaço de hierarquização cognitiva e política que claramente as desqualifica.

Num contexto político-cognitivo onde a crítica ao modelo estadocêntrico de definição do local e do desenvolvimento se tornou parte integrante do discurso estatal, interessará analisar até que ponto esta revalorização do local favorece a reactualização de uma definição comunitária e integrada do desenvolvimento, ou se pelo contrário, ela se afirma como um operador discursivo

legitimador de um processo de periferalização das contradições sociais mais intensas.

Tomando como dimensões centrais da análise, a produção de políticas cognitivas e a problemática da construção da cidadania e da participação, iremos num primeiro momento propor uma reflexão que permita discernir sobre as qualidades do local que tendo sido realçadas até meados dos anos 70 pelos discursos críticos e periféricos, tendem agora a ser omitidas e ocultadas pela centralidade atribuída ao local. Num segundo momento, tendo por pano de fundo este debate, debruçar-nos-emos sobre as figuras do local que emergem no actual espectro discursivo, discernindo os processos da sua qualificação/desqualificação de forma a conectá-las com as figuras da participação que lhe são associadas e, por isso, com os processos de produção da relação social e da cidadania. Num terceiro momento, retomando um trabalho já realizado, ocupar-nos-emos dos desafios cognitivos que se colocam aos processos de qualificação da problemática do desenvolvimento local, preocupados em conferir centralidade às periferias tal como tinha sido anunciado pelas perspectivas do desenvolvimento local estruturadas até meados da década de 70.

1. Do local como centro da periferia ao local como periferia do centro

Como realçámos, as transformações produzidas na definição do social estiveram na origem da formulação de políticas cognitivas conducentes a uma revolução semântica onde as problemáticas enunciadas pelos discursos críticos das décadas de 60 e 70, em nome de uma reivindicação da autonomia do local relativamente à tutela do Estado se tornaram em referenciais imprescindíveis do próprio discurso estatal. A revalorização que têm adquirido um conjunto de noções como as de acção local, autonomia, territorialização, participação, responsabilidade, formação e projecto inscrevem-se neste processo sem que daí se possa inferir existir uma revalorização correspondente das problemáticas a que estas noções se referiam.

Apesar de se poder reconhecer que a importância atribuída a estas noções contribuiu para a visibilidade de protagonismos sociais relativamente periféricos, a verdade é que este reconhecimento é marcado por uma ambiguidade que não nos autoriza a reconhecer que a reivindicação da autonomia

relativamente ao Estado tenha conduzido a uma revalorização do princípio da Comunidade. Na realidade, esta nova gramática tende a neutralizar os efeitos transformadores destas noções que as inscrevem na produção de relações sociais alternativas. Ela inscreve-se, pelo contrário, numa ideologia dos recursos humanos onde se valoriza sobretudo o estabelecimento de uma relação entre o Estado e o cidadão, em que este é individualmente responsabilizado pelos problemas sociais onde está envolvido e onde o local tende a ser encarado como dispositivo de acesso a um mercado global, sendo este o único referencial legítimo de definição da cidadania.

Esta política cognitiva encara, portanto, o local apenas como um instrumento de requalificação dos indivíduos de forma a que eles se tornem competentes para se inserirem numa lógica do mercado, razão porque o protagonismo do local não resulta do reconhecimento da sua especificidade mas do facto de ele se poder substituir mais eficazmente aos mecanismos de regulação central.

Ora, esta tendência para reduzir a acção social à formação dos indivíduos, ou se quisermos, a tendência para que os problemas sociais sejam exclusivamente encarados como uma manifestação dos défices de qualidades individuais, não contribui para a requalificação do local, mas antes para a desqualificação daqueles que o habitam que, de qualquer forma, devem a sua desqualificação à preservação de enraizamentos, ou seja, à sua vinculação ao próprio local. As propriedades do local neste contexto cognitivo são por isso marcadas por uma profunda ambivalência: se, por um lado, se afirma que a vinculação ao local está na origem das desqualificações individuais, por outro, reconhece-se também que na impossibilidade do Estado assegurar esse processo de requalificação, é o local que dispõe das possibilidades e dos recursos mais pertinentes, necessários para desvincular os indivíduos do próprio local.

A transformação do movimento associativo e das associações em agências de desenvolvimento constitui talvez a manifestação mais visível do domínio do cosmopolitismo do mercado relativamente às lógicas comunitárias. Na realidade, ao fazer depender a pertinência social do movimento associativo do valor que lhe é reconhecido no mercado dos projectos, este processo contribui simultaneamente para a multiplicação das formas de intervenção no local e para fazer depender a pertinência destas intervenções da qualificação técnica imprescindível à

administração destes projectos. O mercado, neste caso o mercado dos projectos, e a ideologia dos recursos humanos ao mesmo tempo que asseguraram a proliferação das figuras dos técnicos de desenvolvimento local, contribuíram para a desqualificação da palavra e da prática dos militantes da acção comunitária e do seu papel enquanto artesãos da produção da relação social.

A esta desqualificação não é alheia uma concepção de desenvolvimento construída em torno da noção de atraso e da sua superação que inscreve este desenvolvimento numa lógica sequencial onde se ordenam o passado, o presente e o futuro. A tradição, neste contexto, só pode ser encarada de uma forma deficitária mesmo quando em conformidade com a ideologia dos recursos humanos se admite encontrar na tradição os recursos para a sua própria superação. Potencialmente, a heterogeneidade do espaço social e as possibilidades que a sua recomposição comporta enquanto dispositivo de transformação social, são assim ocultadas para ser pensadas como a manifestação de formas mais ou menos desenvolvidas do social. Encarada como forma de acesso à modernidade ou à pós-modernidade, a tradição continua a ser o que era: um obstáculo ao desenvolvimento, mesmo que esse desenvolvimento seja o desenvolvimento local.

Ora, se pensarmos que a tradição já não é o que era, ou seja, que ela não constitui uma reminiscência indesejável de uma concepção de cidadania que subentende a desvinculação ao local com a consequente vinculação ao Estado ou ao Mercado mas que se afirma antes como a expressão da heterogeneização das formas de vida, ter-se-á de reconhecer que o trabalho com a tradição é também um trabalho de afirmação de cidadanias periféricas susceptíveis de anunciarem novas formas de cidadania mais atentas às gramáticas das formas de vida. Trata-se, neste caso, de pensar a cidade e a cidadania já não exclusivamente como dispositivos de acesso a bens materiais e simbólicos regulados pelo mercado, mas antes como dispositivos colectivos ocupados na produção de relações sociais imprescindíveis ao usufruto de uma vida de qualidade.

Num contexto onde a globalização dos mercados tende a acentuar a desterritorialização das relações sociais anunciada pelo capitalismo, as alternativas passam por uma globalização da acção local que permitam pensar o desenvolvimento local na sua contribuição para a produção de redes de sociabilidade comunitárias numa lógica onde, a par da qualificação dos

indivíduos, importa realçar a importância das redes densas de relações sociais qualificantes tanto para os indivíduos como para as comunidades. Trata-se neste caso de aprofundar as potencialidades do desenvolvimento de um novo cosmopolitismo do local que articule, numa relação tensa, o direito às escolhas e o direito às raízes, alternativo ao cosmopolitismo globalizado, onde a afirmação incontrolada do direito às escolhas legitima a naturalização do mercado como único referencial legítimo da relação social.

2. Figuras do local e modos de produção da relação social

Apesar das actuais políticas cognitivas tenderem a realçar a importância do local, fundamentalmente como dispositivo simbólico de redistribuição das responsabilidades sociais pela gestão da chamada “questão social”, a verdade é que elas estruturam uma paisagem narrativa onde mais do que uma definição unívoca do local emerge uma pluralidade de definições que tem em comum o facto de realçarem fundamentalmente as suas potencialidades ortopédicas.

Neste espaço discursivo persiste ainda uma definição clássica ou pré-moderna do local intimamente ligado à imobilidade e à ideia do local como guardador de paisagens e de culturas. O local, neste caso, é entendido como um espaço delimitado, simultaneamente geográfico e cultural, estruturado por uma temporalidade ritmada pelas relações inter-geracionais, onde as qualidades valorizadas nos indivíduos derivam da sua socialização, visando a sua integração na tradição. Este local como espaço de fixação e de enraizamento opõe-se etimológica e socialmente ao desenvolvimento e à modernidade na medida em que estes, mais do que um apelo ao enraizamento, subentendem o desenraizamento entendido com pré-requisito do direito às escolhas. Ora, se até meados da década de 70 este local foi, como realçámos, encarado como um obstáculo ao desenvolvimento, ele tem hoje um estatuto ambivalente na medida em que, por um lado, os discursos ambientalistas o consideram como uma reserva de paisagens e os discursos mais conservadores como um espaço de desenvolvimento de relações sociais, mais autênticas porque mais puras e respeitadoras de um modelo de cidadania decalcado da esfera doméstica. Este local, enaltecido pelo seu

imobilismo e pela preservação de dinâmicas endógenas e naturais, tem, paradoxalmente, a sua notoriedade dependente de intervenções extrínsecas. Ele é um objecto privilegiado dos dispositivos de educação ambiental e objecto de intervenções políticas e administrativas que fazem depender a preservação deste local de dinâmicas exógenas e da sua inserção no mercado dos produtos exóticos que permita realçar o seu valor de troca.

Em contraste com esta definição pré-moderna do local, emerge uma outra definição mais pós-moderna onde o local se associa à confluência dos feixes hertzianos. Trata-se do ciber-local (World Wide Web). Neste caso, mais do que um espaço de fixação, o local é discursivamente encarado como um espaço de mobilidade e de troca onde a pertença dos indivíduos ao local já não exige que eles estejam *offline* do global mas em permanente estado de *online*. O local, neste caso, já não é um espaço “privado” de produção de sociabilidades familiares e arcaicas, mas a cidade das trocas, decalcada de um mundo comercial, aparentemente desmonetarizado. Ele é o ideal-tipo de uma cidadania mercantil onde todos os indivíduos estariam numa situação de igualdade porque a todos eles é igualmente acessível a informação infinita. Estamos, portanto, perante a figura pública de um local pós-moderno, objecto de trocas desinteressadas que possibilitam a multiplicação até ao infinito das acessibilidades às fontes de informação. É um local homogéneo, sem raízes, respeitador das diversidades onde as desigualdades são apenas a expressão da posse das competências individuais do acesso às potencialidades que esse local oferece aos indivíduos. Ora, se este local informático se pauta pela ausência de outras relações senão aquelas que derivam dos interesses desinteressados e das motivações do acesso ao saber, os “chats” configuram um outro local cibernético onde emergem figuras voláteis de um novo associativismo comunitário, também ele volátil, estruturado a partir de interesses partilhados. Aqui, a relação comercial de troca parece estar subordinada à relação de partilha, ou seja, a uma relação onde não estão ausentes dinâmicas sociais potencialmente emancipatórias e que transcendem a definição privada do local para possibilitarem a sua potencial inserção num espaço público.

Na realidade, os “chats” podem aprofundar algumas figuras do associativismo pré-moderno, enquanto expressões públicas de comunidades de interesses permitindo compatibilizar a construção de sociabilidades densas e quentes com a

multiplicação das acessibilidades à informação, sendo que neste caso o acesso à informação é regulado pelo sentido e pertinência da própria informação.

Ora, estas duas figuras do local que tendem a configurar os ideais-tipo do “local pré-moderno” e do “local pós-moderno” coexistem com outra diversidade de figuras onde o local é fundamentalmente definido como espaço social e geográfico, particularmente pertinente para a reparação da chamada “nova questão social”. A configuração narrativa destes locais de reparação é plural, embora apresentem algumas qualidades comuns. A reparação social, com efeito, define-se por intermédio do mundo das competências. Ela tende a ser encarada como uma manifestação de incompetências individuais, no reconhecimento de que os efeitos “socialmente nefastos” resultantes da acção de indivíduos potencialmente incompetentes poderão ser mais eficazmente geridos numa definição administrativa dos serviços de proximidade, onde se enfatiza sobretudo as potencialidades da articulação de serviços, em geral de emanação estatal. Aquilo que o Estado separa pode ser eficazmente articulado localmente, preservando-se assim a separação administrativa do Estado central. Neste caso, o local é optimisticamente encarado com um espaço de passagem, como a possibilidade de uma fixação provisória dos indivíduos que assim poderão adquirir competências para a sua auto-mobilidade. Ele situa-se na interface entre a exclusão e a inclusão, entre o dentro e o fora, sendo que o dentro está simbolicamente conectado às dinâmicas de exclusão, e o fora, obviamente, ao exercício de uma cidadania plena, à possibilidade do desenvolvimento de trajectórias individuais marcadas pela plasticidade.

Nesta figura, o local é, portanto, o dentro, cidade deficitária, o espaço de administração do Prozac, para retomarmos as palavras de EHRENBERG (1998). A participação no local, a pertença à cidade do local é, por isso, uma participação e uma pertença armadilhada. Participa-se e pertence-se para trair esta pertença e esta participação, já que só o envolvimento em trajectórias de mobilidade para o exterior garante a perda da qualidade de excluído.

O estatuto do incluído, com efeito, subentende que o indivíduo habite um mundo que está nos antípodas do mundo do local da reparação. À imagem de um mundo do novo “management” industrial, o indivíduo só encontra a sua redenção

se for auto-determinado, ou seja, se se afirmar como uma individualidade “susceptível de agir por si própria e de se modificar, apoiando-se fundamentalmente nos seus recursos internos” (EHRENBERG,1998:288), desenvolvendo a sua autonomia e multiplicando os seus envolvimento através da sua integração numa multiplicidade de projectos. A figura do projecto e da autonomia constituem, com efeito, os elementos centrais de uma nova narratividade social relativamente à qual as figuras do local que acabamos de qualificar são formas deficitárias e estados transitórios que se definem por relação a esta narratividade.

Embora esta narratividade retome figuras que estruturaram as alternativas às perspectivas desenvolvimentistas, centradas na macro-planificação, características dos anos 60, inserem-nas num novo espaço semântico que anula as suas potencialidades críticas e emancipatórias. Na realidade, a reivindicação da figura da autonomia não significa neste mundo a construção de solidariedades ancoradas na partilha de gramáticas de formas de vida, mas antes a emergência de novas figuras do individualismo que tendem a deslegitimar as referências a uma solidariedade social capaz de combater as desigualdades e as injustiças sociais. Por outro lado, as relações sociais que se esboçam na figura do projecto não implicam a criação de sociabilidades susceptíveis de recriarem as raízes, mas anunciam antes as qualidades e as virtualidades de um mundo conexionista e reticular, estruturado mais pela busca racional da maximização dos interesses privados. Valoriza-se mais o “fazer parte” e o “estar em projecto” do que estar integrado em dinâmicas sociais susceptíveis de estruturarem espaços e linguagens que permitam construir localmente novas modalidades de definição de um bem comum participado.

3. Desenvolvimento local: contributos para uma narratividade social alternativa

Depois de termos caracterizado algumas figuras do local que embora incorporem algumas referências estruturantes da problemática do desenvolvimento local dos anos 60 e 70 as inserem numa narratividade que tendencialmente produz uma definição deficitária do local, importava agora esboçar algumas linhas de força susceptíveis de enformarem uma narratividade social alternativa. Referiremos três dessas linhas de força.

A primeira linha de força dessa narratividade incide sobre a articulação entre os processos de construção do local, da cidadania e do bem comum. A problemática do desenvolvimento local surgiu num contexto de afirmação dos contextos estruturados pelas lógicas de proximidade em alternativa a uma ordem universal, em grande parte, ancorada na definição jurídica dos seres e das relações sociais assegurada pelo Estado. O local contrapunha-se ao cosmopolitismo do nacional sendo que a afirmação da pertinência do desenvolvimento local era também a afirmação da pertinência das subjectividades partilhadas, por contraponto à descontextualização da definição das individualidades e das relações que as produzem. Estando, como realçámos, este modelo de definição das individualidades em crise, razão pela qual estará também em crise a construção de alternativas estruturadas por lógicas de oposições dicotómicas, importa reafirmar o local como possibilidade de construção de um novo cosmopolitismo. Ou seja, importa afirmar o local como reconhecimento da heterogeneidade do espaço social – omitida pela razão jurídica e encarada como expressão de diversidades susceptíveis de serem reguladas pelo mercado – onde se conjugam simultaneamente as problemáticas do combate às desigualdades e injustiças sociais e da criação de condições sociais para a afirmação das expressividades e das subjectividades. Mas importa também reequacionar o desenvolvimento local já não como trajectória original de acesso a um bem comum universal, mas antes como dispositivo particularmente propenso à construção argumentada de um bem comum contextualizado que é inevitavelmente instável mas que subentende uma atenção regular à criação de condições necessárias a uma acção comunicacional ocupada com o estabelecimento de relações sociais tendencialmente igualitárias e simétricas. É neste contexto que o local se afirma simultaneamente como espaço pertinente de combate à fractura social e afirmação da construção de novas relações sociais mais coesas, emancipatórias e participadas.

A segunda linha de força incide sobre a construção de dinâmicas de democracia participativa em alternativa à lógica dominante do parceria. Sabemos que a intervenção no local e do local na resolução dos problemas sociais tem sido sobretudo pensada através de uma semântica do parceria onde se realçam sobretudo as mais valias que a participação das diferentes instituições trazem em termos de eficácia da intervenção na

resolução dos problemas sociais. Como realçámos atrás, a construção social do local como dispositivo de reparação e de combate à exclusão social apoia-se fundamentalmente nesta valorização do parceria onde a relação social é reduzida à coordenação da intervenção das diferentes instituições, no pressuposto de que a intervenção será tanto mais eficaz quanto mais próxima estiver dos objectos de intervenção. Ora, as alternativas a construir neste domínio passam pela afirmação de modos de definição dos problemas sociais que mais do que a eficácia da acção exterior sobre os objectos de intervenção, se orientam por preocupações relacionadas com o aprofundamento de modos exigentes de comunicação que permitam requalificar as velhas e as novas formas de associativismo, o “associativismo pré-moderno” e o “associativismo pós-moderno”, ou o “ciber-associativismo”, numa dinâmica onde a ênfase e a importância atribuída à proximidade derivam do facto de esta proximidade poder instituir referenciais pertinentes a uma nova definição do social. Também aqui trata-se de encontrar formas originais de combinar a tradição com a modernidade e de referenciar esta articulação à problemática da participação e da produção de relações sociais densas e diversificadas.

A terceira, e última, linha de força a que gostaríamos de fazer referência diz respeito à importância a atribuir ao desenvolvimento de um pensamento complexo. O reconhecimento da complexidade e o reconhecimento da possibilidade de pensar essa complexidade de uma forma complexa é de facto imprescindível para articular as dicotomias características do pensamento analítico que, por transposição, se afirmaram como oposições e dicotomias em torno das quais se definiram as relações entre o global e o local. Referimo-nos nomeadamente às dicotomias que se estabeleceram entre as partes e o todo, entre o simples e o complexo, entre o conhecimento e a acção e entre a eficácia e a justiça. A superação da dicotomia entre o todo e as partes exige obviamente o reconhecimento de que o todo é mais do que a soma das partes, mas simultaneamente o reconhecimento de que as partes, na sua irredutibilidade, embora se reconheçam e conheçam na sua relação com o todo, são mais do que o todo. Ou seja, trata-se de afirmar a pertinência de um pensamento heterogéneo das heterogeneidades, de um pensamento que articula o todo e as partes, congruente com o princípio holográfico, onde como afirma Edgar MORIN (1987:98)

“ a organização complexa do todo (*holos*) necessita da inscrição (*engrama*) do todo (*holograma*) em cada uma das suas partes todavia singulares; assim, a complexidade organizacional do todo necessita da complexidade organizacional das partes, a qual necessita recorrentemente da complexidade organizacional do todo. As partes têm cada uma a sua singularidade, mas nem por isso são puros elementos ou fragmentos do todo; são ao mesmo tempo uns microtodos virtuais”. É neste contexto que se torna possível articular o simples com o complexo e reconhecer que a reabilitação do complexo não se confunde com modelos aditivos onde a complexidade resultaria da sobreposição de abordagens situadas em diferentes níveis de análise, mas antes da inauguração de uma dinâmica interpelante que permita reconhecer as suas potencialidades e limites. Ora, esta dinâmica interpelante não incide apenas no processo de produção de conhecimentos mais ou menos úteis para a acção, mas alarga-se para as relações a estabelecer entre o conhecimento e a acção. Trata-se neste domínio de transcender a dicotomia entre a anterioridade do conhecimento relativamente à acção (ou vice-versa) que subentende estarmos perante dois domínios com fronteiras relativamente definidas, para afirmar uma praxeologia da co-produção entre conhecimento e acção e, portanto, a diluição das fronteiras entre ambos. Como afirmamos num trabalho anterior, esta praxeologia inscreve-se numa “temporalidade não sequencial que é isomorfa daquela onde se desenvolve a própria acção, ou seja, da mesma forma que se admite existir uma relação de imprevisibilidade entre o conhecimento e acção também se admite que o desenrolar da acção é, em grande parte, imprevisível. É neste contexto cognitivo que também se reconhece que não existe previamente um conhecimento mais ou menos ajustado ao contexto da acção, ou seja, um conhecimento que se aplica de uma forma mais ou menos eficaz à acção, mas antes que a aplicação do conhecimento à acção é uma aplicação hermenêutica, uma aplicação comunicacional, onde o conhecimento mais ajustado à acção é aquele que facilita o debate sobre a problemática da justiça e da construção colectiva do sentido.” (CORREIA; CAMELO, 2003). A atribuição de uma forte centralidade à problemática da construção do sentido apela a que se atribua uma importância acrescida ao debate sobre os fins da acção social, ou seja, ao debate sobre a justiça social. Este pensamento alternativo, com efeito, situa-se num espaço narrativo

onde se reconhece que a produção de narrativas pretensamente ajustadas à realidade, não põe fim à produção de uma nova narratividade ocupada com a definição do que é justo e do que é desejável, isto é, não contrapõe o discurso dos factos ao discurso das opiniões, mas situando-se no espaço da polémica admite que estas duas ordens narrativas são úteis se promoverem a controvérsia e não se anularem. Trata-se, em última análise, de afirmar alternativas ao verdadeiro totalitarismo cognitivo e social exercido actualmente pelo discurso e pelo debate em torno dos meios mais eficazes da acção, para reconhecer a importância cognitiva do debate sobre os fins, no pressuposto de que este debate constitui em si um instrumento útil à produção de acção justa e ajustada. É neste contexto que é possível situar a acção numa temporalidade que é, simultaneamente, longa porque se estrutura em torno de fins desejáveis e curta porque se constrói na urgência, ou seja, numa temporalidade onde o totalitarismo intervencionista legitimado pela necessidade de se procurar respostas urgentes é matizado pelo trabalho longo de formulação das perguntas.

BIBLIOGRAFIA:

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **La misère du monde**. Paris: Editions du Seuil, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**. Oeiras: Celta Editora, 1998.

CASTEL, Robert. **Les métamorphoses de la question sociale: Une chronique du salariat**. Paris : Fayard, 1995.

CORREIA, José Alberto. **Para uma Teoria Crítica em Educação**. Porto: Porto Editora, 1998

CORREIA, J. A. (2001). *A construção científica do político em educação*. In: **Educação, Sociedade & Culturas**, 15, pp. 19-43.

CORREIA, José Alberto; CAMELO, João (2003). *Da mediação local ao local da mediação: figuras e políticas*. In **Educação, Sociedade & Culturas**, 20, pp.167-191.

DESROSIÈRES, Alain. **La politique des grands nombres**. Paris: La Découverte, 1993.

DUBET, François. **Le déclin de l'institution**. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

EHRENBERG; Alain. **La Fatigue d'être soi. Dépression et société**. Paris: Éditions Odile Jacob, 1998.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Oeiras: Celta, 1995

HABERMAS, Jurgen. **Droit et Démocratie**. Paris: Gallimard, 1997.

LATOUR, Bruno. **Nous n'avons jamais été modernes - Essai d'anthropologie symétrique**. Paris: Ed. La Découverte, 1994.

MABILEAU, Albert. **A la recherche du local**. Paris: L'Harmattan, 1993.

MORIN, Edgar. **O Método**. Lisboa : Publicações Europa América, 1987.

PAUGAM, Serge (dir). **L'exclusion: l'état des savoirs**. Paris: Éditions La Découverte, 1996.

ROSANVALLON, Pierre. **Le capitalisme utopique. Histoire de l'idée de marché**. Paris: Points, 1999.